

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (Karl Marx)

Lula e Marinho:

Retirem a intervenção judicial das fábricas ocupadas



PF ocupa Cipla em 31/05, sob ordem da Justiça Federal. O Interventor em menos de 1 semana já retirou jornada de 30 horas semanais, aprovada em assembléia pelos trabalhadores da Cipla, durante o Encontro Pan-americano (esq). *Veja encarte especial sobre a intervenção nas fábricas*

EDITORIAL

Contra a criminalização dos movimentos sociais, continuar a mobilização

No Brasil do governo Lula, as organizações da classe trabalhadora não estão destruídas ou completamente integradas ao aparelho de Estado. O MST acaba de realizar seu 5º Congresso, reunindo 17 mil delegados pela reforma agrária, apesar do aumento da repressão. Em 2005, havia 150 presos políticos ligados à luta no campo, mas em 2006 esse número chegou a 600, sem falar que os assassinatos e as desocupações violentas seguem impunes.

A CUT convoca uma ocupação pacífica do Congresso Nacional contra a Emenda 03 e o PLP 01, medidas que atacam direitos trabalhistas e sindicais, além de re-afirmar apoio aos

servidores públicos, ao movimento das fábricas ocupadas e à luta pela previdência pública, contra qualquer reforma que retire direitos. Aliás, o presidente da central, Arthur Henrique, disse que os números apresentados pelo Ministério da Previdência (do ex-presidente da CUT, Luís Marinho) “não servem para nada”.

É importante destacar isso porque estamos vivenciando uma escalada de ataques contra os processos revolucionários da Venezuela e Bolívia e de criminalização dos movimentos sociais do Brasil. Alguns fatos comprovam:

A vinda de Bush à América Latina para isolar Chávez e Evo Morales. A intervenção

federal e policial na Cipla e Interfibra, com 150 homens da PF para expulsar o Conselho de Fábrica e ativistas de base. A greve de massa dos servidores municipais de Florianópolis/SC brutalmente reprimida, com dirigentes sindicais ameaçados de prisão. As demissões de sindicalistas nas ferrovias controladas pela ALL. Os mais de 50 dias de ocupação militar promovida pela Força Nacional do Exército em favelas do RJ, com mortos e feridos, escolas e comércio fechados e população aterrorizada. Os controladores de vôo acusados de serem os responsáveis pelo apagão aéreo, sob orientação de Lula, que pediu aos militares da Aeronáutica para “colocarem ordem na

casa” e “não aceitem insubordinação” por “respeito à hierarquia militar”.

Mas por que isso acontece? Porque os exploradores reforçam suas posições de comando neste segundo governo Lula, que abre as portas do poder público para inimigos históricos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, tem que recitar a cartilha do respeito à lei e à ordem capitalista diante das mobilizações populares.

A resposta frente aos ataques contra nossos direitos é a mobilização, a greve! Frente ao latifúndio, a ocupação de terras! Frente a repressão, a denúncia e a organização de comitês contra a criminalização dos movimentos sociais!

LUTA DE CLASSES

Sindicalistas são ameaçados e presos durante manifestação de servidores?

PÁGINA 2

FUNDO DA QUESTÃO

Dinheiro público do BNDES, FUNCEF e PREVI financia repressão armada praticada pela América Latina Logística contra os ferroviários

PÁGINA 3

EM CAMPANHA

Coordenador do MNS entrega livro ao Presidente da Câmara

PÁGINA 5

JUVENTUDE

O Reuni e Lula: A autonomia universitária em questão

PÁGINA 6

FORMAÇÃO

Está nas ruas a Revista Luta de Classes no. 02!



ESPORTE E LUTA
DE CLASSES

Garrincha e Jango



A Copa do Mundo de 1962, que foi disputada no Chile, aconteceu num momento de turbulências políticas no Brasil. Em 1961 os militares tentaram impedir a posse de João Goulart, vice-presidente, depois da renúncia de Jânio Quadros.

A seleção brasileira de Pelé e Garrincha era a sensação, e com certeza iria buscar o bicampeonato. Mas, como o futebol é uma "caixinha de surpresas", logo no segundo jogo da Copa Pelé deixava o campo contundido para não mais pisar nos gramados do Chile.

Foi então que brilhou Garrincha. Com suas pernas tortas e seus dribles simples, mas, estonteantes, foi decisivo para que a seleção brasileira fosse batendo todos os adversários em busca do título.

O pior estava por vir. Nas semifinais, o Brasil venceu o Chile por 4x2, com dois gols de Garrincha, que estava estraçalhando. A poucos minutos do final da partida ocorre o inesperado: Garrincha foi expulso de campo.

A seleção Brasileira disputaria a final da copa sem suas duas principais estrelas, contra a temida Tchecoslováquia. Foi aí, então, que entrou em cena o presidente João Goulart, que havia sido jogador de futebol no Rio Grande do Sul.

Jango então tomou a decisão de acionar o Primeiro-Ministro Tancredo Neves, e os dirigentes da CBD, para interceder junto a FIFA organizadora do torneio, para que Garrincha fosse perdoado.

Em 17 de Julho de 1962, Garrincha, o "homem que fez o Chile tremer com sua bomba de direita", entrava em campo para disputar a final da copa, quando a seleção derrotou por 3x0 a Tchecoslováquia.

Até hoje não se sabe quais foram os argumentos usados por Jango, para convencer a FIFA a perdoar Garrincha. Mas, isso pouco importa...o que importa é que o anjo das pernas tortas brilhou como nunca em 17 de Julho de 1962.

Roque Ferreira

REPRESSÃO

Sindicalistas são ameaçados e presos durante manifestação de servidores

O Prefeito de Florianópolis, Dário Berger, apoiado pelo Governador Luiz Henrique da Silveira, através da Polícia Militar, mostrou mais uma vez a sua face violenta e autoritária contra as manifestações de trabalhadores e movimentos sociais.

Desta vez, foi contra os trabalhadores da Prefeitura que estão em greve desde o dia 13 de junho, pelo atendimento da Pauta de Reivindicações da Data-Base 2007. Os principais eixos da campanha são reposição salarial

chamados aos servidores efetivos que ainda não haviam aderido à greve. Em poucos minutos, a polícia chegou, truculenta, batendo em todo mundo, arrastando servidores pelos cabelos, e em seguida prendeu o presidente do Sintrasm, Márcio Bitencourt, o diretor Charles Pires (também diretor de Comunicação da CUT/SC), o diretor Wilson "Fufa" Pereira, e André Moura Ferro, militante do Movimento Passe Livre e da Juventude Revolução.

Eles foram levados para



Momento que o diretor do Sintrasm, Charles Pires, foi preso

de 9,82%, realização de concurso público já, melhores condições de trabalho, direito do servidor de escolher em que banco receberá o salário (as contas-salário que estavam no Banco do Brasil foram transferidas para o Santander, após leilão realizado em março).

A greve vem se ampliando a cada dia, pois as negociações avançaram muito pouco e ainda o Prefeito Dário Berger tem a usado a repressão para tentar quebrar o movimento.

Na manhã de sexta-feira, 15 de junho, os trabalhadores entraram no Pró-Cidadão para mais uma manifestação pacífica. Suas "armas"? Apitos, tambores e

a Central de Polícia e a Secretaria de Segurança do Estado tentou inclusive levá-los para o cadeia no Estreito, como se fossem bandidos. Mas a Juíza Ana Luiza Bornhausen concedeu o alvará de soltura, mas ainda estão em liberdade condicional.

Eles foram presos por volta das 11 horas e permaneceram na DP Central até o meio da tarde, quando veio a ordem para que fossem transferidos para o Presídio do Estreito, conhecido como "Cadeião". Mas os servidores, que naquele momento já somavam mais de mil pessoas (junto com representantes de sindicatos, da CUT, da Conlutas, movi-



Servidores fazem manifestação contra a repressão comandada pelo Prefeito contra diretores do Sintrasm

mento popular, partidos políticos) sentadas na avenida em frente à DP, permaneceram firmes para impedir a transferência dos companheiros.

Dário Berger, na verdade, deu um tiro no pé, porque depois deste episódio a adesão à greve cresceu, e as assembléias e manifestações que antes tinham cerca de 2 mil pessoas passaram a reunir mais de 4 mil trabalhadores.

Abaixo a criminalização!

Depois de deliberar na assembléia de 19 de Junho a continuidade da greve, a categoria realizou passeata até o gabinete do Prefeito. Um grupo de pessoas levava mordaças e algemas para protestar contra a repressão ao movimento e a prisão

dos dirigentes do Sintrasm e militantes da Esquerda Marxista.

A Direção Nacional da Esquerda Marxista, reunida em 16 de junho em Joinville, analisou e deliberou por um conjunto de ações contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. Como atividade de Greve, o SINTRASEM organizou um debate com os trabalhadores de base, movimento sindical (CUT), MST. Coordenação de Fábricas Ocupadas e Movimento de Direitos Humanos, no dia 22 de junho, para dar continuidade a esta luta.

Confira o vídeo da violência da PM contra os servidores e a prisão dos diretores do SINTRASEM: <http://www.sintrasm.org.br>



Faixa estampada durante a passeata

ASSINE **Luta de Classes**

Jornal da Esquerda Marxista do PT
Pela reconstrução da 4ª Internacional

12 N°s - R\$ 30,00
24 N°s - R\$ 55,00
24 N°s - R\$ 100,00 (solidário)

Peça sua assinatura por carta, telefone ou e-mail.
Av. Santa Marina, 440, cj.04 - Água Branca, São Paulo, SP-CEP: 05036-000
Fone: (11)3615-2129 e-mail: secretariaot@terra.com.br home: www.marxismo.org.br

ATAQUE ÀS ORGANIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA

Dinheiro público do BNDES, FUNCEF e PREVI financia repressão armada praticada pela América Latina Logística contra os ferroviários

O Governo Federal, os organismos oficiais como o BNDES, os fundos de pensão, estão sendo lenientes com toda sorte de irregularidades e afrontas à legislação nacional e internacional de proteção ao trabalho e a atos anti-sindicais, conforme disposto na Convenção 98 da OIT que são praticadas impunemente pela diretoria da América Latina

Logística na Ferrovia Novoeste S/A.

ROQUE FERREIRA

A América Latina Logística (ALL), que tem entre seus principais acionistas o BNDES, FUNCEF e PREVI, e que assumiu o controle acionário e de gestão das Ferrovias Novoeste, Ferroban e Ferronorte em Junho de 2006, desencadeou no dia 05/07 uma verdadeira operação de ataques contra a direção do Sindicato, contra a instituição Sindicato, e de terror e tortura contra os ferroviários dentro dos locais de trabalho.

Desde que assumiu o controle, a direção da ALL, que tem como presidente o senhor Bernardo Hess, vem insistentemente praticando uma série de atos ilegais, que são denunciados e combatidos pela direção da entidade.

Demitiu em 09/06/2006 614 ferroviários, entre os quais cipeiros, portadores de estabilidade por acidente do trabalho, portadores de estabilidade pré-aposentadoria, dirigentes sindicais, sendo que o maior número de demissões recaiu sobre os ferroviários que podem ser classificados como “negros”, não observando a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil. Terceirizou ilegalmente atividades ferroviárias, des-

portadas majoritariamente composta por produtos perigosos (combustíveis).

Também no início deste ano solicitou ao Ministério Público do Trabalho PTR-15 Bauru, que mediasse audiência com a participação do Sindicato para discutir a “monocondução” que está proibida na malha da Ferroban desde 2003, em virtude de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho de Bauru da qual o sindicato é assistente.

A audiência foi presidida pelo procurador Dr. Luiz Henrique Rafael, e a proposta apresentada pela Ferroban e ALL é que as partes assinassem Termo de Ajuste e Conduta (TAC), estipulando as condições para que a monocondução fosse praticada. Nesta audiência aconteceu um fato inusitado, pois o perito que realizou a primeira perícia na malha da Ferroban concluindo em laudo pela impossibilidade do processo, se dispunha a desconsiderar o mesmo e ajustar com o sindicato novos procedimentos, o que a entidade recusou na qualidade de assistente.

Estamos em plena campanha salarial, nossa data base é primeiro de janeiro e até agora as negociações não foram concluídas. A empresa postergou o processo, pois sua intenção era o de assinar acordos com os sindicatos de ferroviários que representam os ferroviários da Ferroban e Ferronorte, o que ocorreu no mês de Maio.

Desde então, com argumentos frágeis, vem tentando impor o mesmo acordo aos ferroviários da Novoeste, sem levar em consideração que são empresas distintas, com his-

CHARGE



tórico de benefícios distintos e com direitos que não podem ser suprimidos por cláusulas de acordo.

O Sindicato, concluído o processo de negociação, convocou reuniões com a categoria para serem realizadas de 05 a 15/06/2007 em toda extensão de base da categoria que vai de Bauru (SP) a Corumbá (MS). A empresa, demonstrando total despreparo para enfrentar situações de impasse, partiu para a adoção de atos belicosos e de práticas anti-sindicais, tais como: Demitiu 13 trabalhadores, entre os quais 3 diretores da entidade, suspendeu o desconto das mensalidades sindicais dos sócios da entidade em folha, proibiu a entrada dos diretores sindicais na empresa.

Os diretores que não são liberados do ponto estão trabalhando e nos seus deslocamentos são acompanhados de escolta armada, e também existem guardas armados em vários locais de trabalho, o que coloca em risco a integridade dos trabalhadores, pois estão sob violenta pressão, o que pode vir a provocar acidentes de trabalho. O grupoamento privado armado foi

fornecido pela empresa Multi-Service, e são assessorados por policiais militares que realizam o famoso bico e que também trabalham armados.

A Diretoria da ALL é nomeada pelo Conselho de Administração, que é formado por representantes dos controladores, ou seja, dos donos das ações da empresa. Entre os principais acionistas estão o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), FUNCEF (Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal) e PREVI (Fundo de Pensão dos funcionários do Banco do Brasil), integrando o conselho de administração o senhor Guilherme Narciso de Lacerda presidente da FUNCEF.

O Governo Federal, os organismos oficiais como o BNDES, os fundos de pensão, estão sendo lenientes com toda sorte de irregularidades e afrontas à legislação nacional e internacional de proteção ao trabalho e a atos anti-sindicais, conforme disposto na Convenção 98 da OIT que são praticadas impunemente pela diretoria da América Latina Logística na Ferrovia Novoeste S/A.

HOMENAGEM

Um dos nossos

É com muito pesar que comunicamos a inestimável perda de nosso companheiro Antonio Aparecido Bueno, mais conhecido como Peninha. Faleceu no último dia 5 de Junho.

Morador há mais de 40 anos no bairro de Laranjeiras; fundador do Sindicato dos Metalúrgicos de Caieiras e região (atualmente Cajamar e região); membro do Diretório Municipal do PT de Caieiras e ex-militante da Corrente O Trabalho (Maioria (atualmente Esquerda Marxista do PT)).

Esteve na linha de frente do movimento de transporte em Laranjeiras, no Fora Collor, nos movimentos populares de Laranjeiras. Sempre disposto à discussão seja com os amigos, seja nas reuniões do PT, era um socialista. Peninha era um exemplo de coerência, coragem e disposição de luta. As únicas paixões que equivaliam à luta política eram: as pescarias, a Terezinha, sua companheira de tantos anos e seus filhos Renato e Patrícia e sua netinha Fernanda. Nossos mais profundos sentimentos de solidariedade e carinho.

Continuaremos na luta por uma sociedade mais justa, por um mundo melhor, continuaremos a luta pelo socialismo como ele dedicou muitos anos da sua vida.



Peninha Presente!

V CONGRESSO NACIONAL DO MST

MST exige de Lula uma verdadeira Reforma Agrária



V Congresso do MST reúne 18 mil delegados

Dezoito mil delegados do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), representantes dos 24 estados, entidades, organizações internacionais, representantes de mais de 31 países, em especial as organizações da Via Campesina dos diversos continentes, participaram do V Congresso Nacional do MST, entre os dias 11 e 15 de Junho em Brasília.

As palavras ditas por Marina dos Santos na abertura do Congresso refletia o sentimento

geral do encontro: “Presenciamos o governo brasileiro em seu segundo mandato manter uma política econômica de continuidade, que segue à risca as regras neoliberais, com altas taxas de juros, manutenção do superávit primário e políticas cambial, monetária e tributária de estímulo às exportações.” Além dos estudos e intervenções, também se aprovou um conjunto de medidas consideradas necessárias para transformar a estrutura fundiária e garantir uma agricultura que permita a segu-

"CAOS AÉREO"

A greve dos controladores e a repressão

O governo resolveu, mais uma vez, intervir no “caos aéreo”. E, como não podia deixar de ser nesses novos tempos de governo Lula, o fez com medidas típicas de ditadura: prendeu os líderes do movimento. Se alguns foram detidos sob a acusação de “motim”, o principal dirigente da associação dos sargentos foi detido por conceder uma entrevista! E isso se faz no país cujo Senado acusa a Venezuela de “limitar a liberdade

de imprensa” ao não renovar uma concessão de televisão. Fica claro no episódio a escalada da repressão sobre o movimento dos trabalhadores e, de outro lado, a hipocrisia que acometem os órgãos de imprensa ao criticar o governo da Venezuela e nada falarem sobre a liberdade dos trabalhadores de esporem suas opiniões (aliás, não consta que os donos da RCTV tenham ido para a prisão por defenderem o golpe contra Chávez).



rança e a soberania alimentar.

O resultado do Congresso foi a apresentação de uma carta, que reúne 18 pontos estratégicos de luta e organização. Entre eles, articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro; contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados; contra as privatizações do patrimônio público e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas; lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.

Uma moção de apoio aos trabalhadores da Cipla/Interfibra, repudiando a intervenção autoritária da Polícia Federal a mando do Governo Federal, foi aprovada no Con-

gresso: “(...)repudiamos a ação da Polícia Federal, que trouxe de volta as práticas autoritárias e repressivas lembrando a ditadura militar. Exigimos a imediata devolução das fábricas ao controle dos trabalhadores(...)”

O Congresso também referendou a Carta-Proposta entregue ao Presidente Lula no dia 17 de Abril, exigindo uma verdadeira reforma agrária no Brasil. A carta defende a necessidade de uma nova política econômica que priorize desenvolvimento distribuição de renda, preservar os direitos da classe trabalhadora, valorizar os salários em geral e em especial o salário mínimo e ter um programa massivo de geração de empregos para a juventude.

O V Congresso do MST marca a continuidade da intensificação dos Movimentos Sociais e organização da Classe Trabalhadora já iniciada com o Abril e Maio Vermelho.

BARBÁRIE NOS MORROS

Nem mais um dia no governo do Caveirão



As ocupações da PM carioca na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão têm os resultados de toda barbárie de sempre: 52 mortos, centenas de feridos e somente algumas prisões. A polícia sobe o morro atirando para matar e os bandidos idem. Trabalhadores e jovens vão sofrendo com o terror. O motivo dessas ocupações? Defender a honra da polícia: “(...) adotamos na Vila Cruzeiro uma atitude de entrar para tentar alcançar aqueles algozes dos nossos policiais

para mostrar que o Estado não admite que os policiais sejam caçados. A polícia precisa e tem que ser respeitada, esse é o ponto fundamental” (Coronel Ubiratan – Extra 24/06/07).

Os petistas cariocas precisam votar na etapa estadual de seu congresso a saída do PT deste governo burguês e racista de Cabral. Um governo com as mãos sujas de sangue! Um governo que, na estrada da luta de classes, se encontra na contra-mão do socialismo.

MOVIMENTO NEGRO SOCIALISTA

Coordenador do MNS entrega livro ao Presidente da Câmara

No último dia 30 de Maio, o Presidente da Câmara recebeu em seu gabinete uma delegação de autores do livro “Divisões Perigosas – Políticas raciais no Brasil contemporâneo”.

A delegação era composta por José Carlos Miranda, Coordenador Nacional do Movimento Negro Socialista e dirigente do PT Caieiras; José Roberto Militão, advogado e militante histórico do Movimento Negro e Yvonne Maggie, antropóloga.

O livro reúne artigos que refletem criticamente através de varias perspectivas questões sobre raça, racismo e o rumo de legislações e políticas públicas raciais no Brasil contemporâneo. Os textos foram publicados em sua maioria em revistas e jornais, dirigidos ao grande público e alguns textos foram especialmente preparados para o livro. Todos os artigos se posicionam contra a adoção de políticas públicas tendo como base a “raça”, em especial o chamado Estatuto da Igualdade Racial (PL 3198/2000) e a lei de cotas (PL 71/93).

Dentre os 34 autores do livro, estão o geneticista Sérgio Pena, o economista Carlos Lessa, o jornalista Luis Nas-

sif, o poeta Ferreira Gullar, o sociólogo Simon Schwuart, a antropóloga Eunice Durham, o coord. do Movimento Negro Socialista José Carlos Miranda, Roque Ferreira, dirigente Ferroviário e do MNS, entre tantos outros.

A entrega do livro e a própria confecção são iniciativas que o MNS deliberou em sua ultima Reunião Nacional. Agora o MNS, em conjunto com outros autores do livro, está organizando a entrega do mesmo para todos os deputados.

No próximo dia 3 de Julho o livro será lançado em São Paulo na Livraria Cultura no Shopping Vila Lobos.

Extratos do artigo de José Carlos Miranda redigido especialmente para o livro:

Um Estatuto para dividir, cotas para iludir

...“A questão política central é que este Estatuto liquida com uma conquista democrática fundamental que é a igualdade jurídica entre os cidadãos, ou seja, entre todos os brasileiros sem nenhuma distinção. Esta é uma conquista política histórica da grande Revolução Francesa, assim como o governo de partidos políticos



POLÊMICA - Chinaglia recebeu de Miranda (dir.) exemplar do livro "Divisões Perigosas", que critica cotas.

Foto publicado no Jornal O Estado de SP, mostrando a entrega do livro pelo coordenador do MNS

e não mais do rei e dos “amigos do rei” e todas as outras liberdades democráticas.

Quando Danton, Robespierre e Saint Just arrastaram o povo francês com as bandeiras de Liberdade, Igualdade, Fraternidade e impuseram a constituição da República, deram um passo gigantesco em relação a concretizar estas aspirações populares. Eles não conseguiram ir além do que as suas condições sociais, históricas e de classe permitiam. Mas fizeram um trabalho de gigante acabando com as injustiças hediondas que se expressavam nas diferenças jurídicas entre nobres e plebeus, entre ricos e pobres. Eles impuseram que todos fossem iguais perante a lei.

Toda a esquerda mundial se constituiu nesta luta por liberdade, igualdade e fraternidade e seu aprofundamento, que só pode ser realizado com a mudança do atual regime social, só pode se consolidar e desenvolver se partir das conquistas já realizadas pelos que nos antecederam na luta. É a partir daí que se desenvolvem as teorias e as lutas políticas dos oprimidos e explorados como a conhecemos hoje em todo o mundo. Em especial a luta pelo socialismo. De Karl Marx e Engels a Lênin e Trotsky, ou seja, da Comuna de Paris à Revolução Russa e a todas as verdadeiras revoluções que os oprimidos fizeram neste planeta tinham bandeiras impregnadas deste sumo vital que é a reivindicação de

Igualdade de todos perante a lei.

É tudo isto que o dito Estatuto da Igualdade Racial pretende revogar. E pretende fazê-lo através de uma aliança ONGs de todos os matizes e em nome de uma esquerda que perdeu o rumo e que nesta discussão está sendo dirigida e manipulada pelos grandes poderes internacionais do capital, seja a Fundação Ford, a ONU e sua Conferência de Durban, o Banco Mundial e seus partidos políticos e governos simpaticizantes. O MNS e todos aqueles que defendem as liberdades democráticas, a existência de uma República contra a vinda das monarquias ou das ditaduras, do caos e da guerra, vai se bater para preservar nossas conquistas históricas e em especial para impedir que se organize um racismo de massas e que só pode destruir este país e seu povo.” (...)



MNS

MNS Debate cotas na MTV

No último dia 19 de Junho o coordenador do MNS, José Carlos Miranda, participou de um debate sobre a adoção das cotas raciais na MTV. Com uma hora de duração, a mesa de debates foi composta de 3 debatedores de cada posição: José Carlos Miranda (MNS), Alex (Gêmeo de Brasília considerado branco e recusado nas cotas no vestibular UNB, sendo seu irmão gêmeo uni-

vitelino considerado negro!) e Jonas (estudante da USP). Do lado a favor das cotas estavam o jornalista Dogival, a prof. Palmira (representando o governo) e Marcos (estudante da Fatec).

O debate foi mediado pelo cantor e compositor Lobão.

O calor do debate só foi possível pela insistência do Miranda em falar, pois o mediador foi claramente parcial,

dando a palavra por muito mais tempo para os debatedores favoráveis às cotas, principalmente para a representante do governo.

Ao contrário do que muitos dizem, a força “midiática” a favor das chamadas ações afirmativas é muito grande. Sempre é bom lembrar que um Ministério foi criado para implementar essas políticas e a parcialidade da MTV ficou evidente.



Mesa da debates na MTV, com apresentador Lobão

PASSE-LIVRE

Estudantes de Criciúma (SC) discutem a luta pelo Passe-Livre

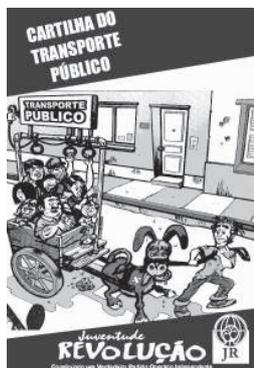


No dia 14 de Junho, às 10h, foi realizado o Seminário sobre Passe-Livre na UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense), com a presença de 60 estudantes do Colégio de Aplicação e da Escola de Ensino Médio Marcos Rovaris.

Neste seminário foi discutido o transporte público de Criciúma e região, que como na grande maioria das cidades brasileiras é privado e de má qualidade. A concessão deste serviço gera muitos prejuízos à população, que sofre com os constantes aumentos de tarifa e diminuição de horários para garantir os lucros das empresas. A eminência de um novo aumento na tarifa reforçou a necessidade deste debate.

A luta pelo passe-livre estudantil ganhou as ruas de todo o Brasil como bandeira dos estudantes para garantir seu direito de acesso à educação, à cultura e arte. É a luta da juventude contra os “donos” do transporte público que enriquecem a custa do povo. Nas cidades onde existe o passe-livre, frequentemente esse direito é atacado e onde a juventude luta para conquistá-lo, sofre repressão das empresas e seus lacaios. Portanto, a estatização do transporte público através da encampação das empresas privadas pelas prefeituras, é a única forma de garantir o passe-livre.

Ao final da atividade ficou deliberado que será formado um comitê de luta pelo passe-livre estudantil e pela estatização e que será discutido um projeto de lei sobre a questão.



Cartilha da Juventude Revolução

MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL

Estudantes organizam resistência e luta contra os ataques à educação

Uma onda de ocupações de reitorias tem explodido por todo país e provado mais uma vez a força e a capacidade de mobilização da juventude.

Após 4 anos de governo Lula, eleito pela maioria dos trabalhadores e da juventude para mudar o Brasil, e reeleito contra as privatizações da burguesia, as universidades públicas continuam a pedir socorro.

Nas federais é praticamente inexistente a assistência estudantil, as vagas não atendem a demanda dos milhões que saem do ensino médio e a falta de professores, técnicos e laboratórios comprometem a qualidade de ensino. E como se não bastasse, o governo mantém a Reforma Universitária, que privatiza setores da universidade e vai

no caminho oposto aos 58 milhões de votos recebidos na eleição.

Todo ataque à educação será recebido com resistência e luta! Foi assim na vitoriosa ocupação da reitoria da USP, que durou 51 dias contra a destruição da autonomia universitária, proposta pelo Serra - PSDB. E assim prossegue na UFRJ, UFPR, UFAL, UFES, UFPE... e dezenas de outras ocupações que se multiplicam por todo o país, exigindo mais recursos para educação, plano de assistência estudantil como moradia, bolsas, alimentação, concurso para professores e técnicos e reestruturação dos laboratórios e bibliotecas.

Por uma UNE a serviço das lutas

De 4 a 8 de Julho aconte-



Estudantes acampados em frente a reitoria na UFMT

cerá o Congresso da UNE. Estamos apoiando a tese "Por uma UNE a serviço dos estudantes e do Socialismo", impulsionada pela Juventude Revolução (www.revolucao.org). A tese combate para que a UNE seja retomada para as lutas estudantis, a começar por exigir que Lula cumpra o seu mandato, rompa com o governo de coalizão

com a burguesia e construa um governo para o povo, canalizando as verbas para o atendimento das necessidades da juventude e do trabalhador. A UNE não pode aceitar as falsas saídas como as cotas e o subsídio ao ensino privado, deve urgentemente retomar a bandeira de universalização do ensino, vagas públicas e de qualidade para todos!

O REUNI DE LULA

A autonomia universitária em questão

Instituído pelo Decreto N.º. 6.096, de 24 de Abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) coloca em xeque a já pouca autonomia universitária hoje existente. O governo federal fez uma propaganda imensa de sua disposição de contratar mais docentes e servidores para as universidades. Mas a concretização dessa disposição é o Reuni.

O Reuni exige que a universidade, para ter um “aumento” de até 20% em suas verbas num período de 5 anos, comprometa-se à “elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos”. O Reitor da Universidade Federal de Campina

Grande, Professor Fernandes Mariz, explica o resultado disso: “quando lembramos que o Decreto em referência é fruto do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que tem como escopo a duplicação da oferta de vagas no ensino público superior. Como o Plano de Reestruturação não pode estar descontextualizado do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, que prevê, para os próximos dez anos, uma significativa limitação na expansão das folhas de pagamentos, não permitindo aumento superior a 1,5% por ano, o objetivo do REUNI se revela assustador... Duplicar a oferta de vagas e aumentar, pelo menos em 50%, o número de concluintes, a partir de um incremento de apenas 20% das atuais verbas de custeio e pessoal... aponta somente dois caminhos para o cumprimento de sua



Estudantes da UFRJ ocupam reitoria em defesa da Universidade X Reuni meta global: a aprovação automática ou a certificação por etapas de formação.”

Em outras palavras, para obter resultados, cria-se diplomas “rebaixados” para alunos que não concluíram todo o curso ou se faz a aprovação automática, sem que os alunos sejam avaliados.

Para obter as verbas e entrar no Reuni, a universidade tem que aceitar essas e outras metas e submeter-se aos objetivos do governo federal.

Trata-se, evidentemente, de destruir a autonomia universitária e rebaixar a qualidade de ensino nas universidades federais. Tem razão os universitários da UFRJ e da UFJF quando ocuparam as reitorias para exigir a não assinatura do projeto.

Para entender mais sobre o Reuni:

Artigo do Reitor Fernandes Mariz - <http://www.cfet-rj.br/comunicacao/noticia/2007-06-14-reuni.htm>

CAMPANHA INTERNACIONAL: TIREM AS MÃOS DA VENEZUELA

Campanha começa a tomar corpo no Brasil

Desde dezembro de 2002, após a fracassada tentativa de golpe de estado contra o governo Hugo Chávez ocorrida meses antes, a Corrente Marxista Internacional (CMI) impulsiona em vários países a campanha “Tirem as Mãos da Venezuela”.

O objetivo é ajudar o povo venezuelano a combater os esquálidos (nome dado aos contra-revolucionários: as forças imperialistas, a burguesia e oligarquia local, a burocracia estatal da antiga IV República e o sindicalismo pelego da CTV) e a defender as conquistas já alcançadas, como as ocupações de fábricas, as nacionalizações, a reforma agrária, as iniciativas de formação da UNT (central sindical) e dos batalhões do PSUV.

Além de prestar nossa

solidariedade à revolução venezuelana, a campanha ainda ajuda os trabalhadores de outros países a desenvolverem a necessária unidade internacional de luta contra a exploração e o imperialismo.

No Brasil, por exemplo, tivemos que acelerar a campanha, pois ficamos indignados com a resolução aprovada no Senado contra a não-renovação do canal da RCTV. Essa emissora de televisão teve a concessão encerrada por Chávez porque participou ativamente do golpe de estado em 2002. Esse crime contra a democracia foi resolvido soberanamente, inclusive com a entrada de uma TV estatal no lugar da RCTV.

Vacilo não, todo apoio à revolução!

Chávez chegou a declarar que o Congresso brasileiro



2 milhões de pessoas saíram às ruas de Caracas para defender a não Concessão à RCTV

era “papagaio dos EUA”, afinal, somente o governo Bush e o falso congresso da União Européia haviam se pronunciado em defesa da RCTV. Lula e os ministros tentaram abafar a crise, enquanto a Secretaria de

Relações Internacionais do PT divulgava nota de respeito à decisão de Chávez. O desconforto do governo Lula nessa ocasião foi evidente, afinal, a coalizão com a burguesia estava em risco.

Se Lula defendesse Chávez, “os aliados” do PMDB, PP, PTB no Congresso e nos ministérios iriam reclamar, mas se Lula se posicionasse junto aos senadores, as relações diplomáticas com a Venezuela iriam se acirrar.

De nossa parte não houve vacilo: apoiamos Chávez contra o Senado burguês e lançamos oficialmente a Cam-

panha “Tirem as Mãos da Venezuela”, com uma visita ao Cônsul de SP, Duran Centeno, onde lhe foi entregue uma carta assinada por dirigentes petistas, parlamentares, sindicalistas, militantes das fábricas ocupadas, do movimento estudantil e do movimento negro.

Vale lembrar que a mesma faixa da foto foi erguida no ato “Fora Bush”, quando o carniceiro visitou o país, e que realizaremos em breve novas iniciativas para fazer avançar a campanha no Brasil.

Na internet:

www.handsoffvenezuela.org – site oficial
www.manosfueraeventenezuela.org – site em espanhol
www.marxismo.org.br/
www.otrabalho.org.br – site da Esquerda Marxista do PT

HAMAS X FATAH

Pela unidade do povo palestino!

Tanto Israel quanto os EUA apoiaram o golpe de Abbas que dissolveu o governo palestino. A verdadeira bucha de canhão do conflito Hamas-Fatah é o povo palestino!

Um ano atrás alertávamos em nosso jornal que os conflitos entre os dois principais grupos políticos palestinos, Hamas e Fatah, punham em risco a unidade do povo palestino na sua luta contra a política do Estado de Israel.

Desde o ano passado há uma situação de instabilidade quando o Hamas elegeu a maioria dos representantes no Parlamento Palestino. Ao mesmo tempo, a presidência da Autoridade Palestina está nas mãos de Mahmoud Abbas (nome de guerra Abu Mazen), da Fatah.



Premier de Israel, Ehud Olmert (dir) e o Presidente da Palestina, Mahmoud Abbas, apertam as mãos em encontro ocorrido no final de 2006

Até recentemente havia a tentativa de um governo de coalizão entre os dois grupos.

O fato é que nas últimas semanas tal conflito tomou proporções dramáticas e há uma ameaça real de guerra civil tanto na Faixa de Gaza quanto na Cisjordânia. São mais de 100 mortos nas últimas semanas.

O Hamas controla militarmente a Faixa de Gaza após ter expulsado toda a representação do Fatah. Mahmoud Abbas dissolveu o governo e a Fatah adota procedimentos para isolar totalmente o Hamas onde seu grupo Fatah ainda mantém uma forte base de apoio.

O fato é que, até agora, o

grande perdedor desse conflito é O povo palestino, que há quase 60 anos luta para se ver livre da ocupação israelense. Os que aplaudem esta situação - mesmo sem assumir publicamente - são os governos de EUA e de Israel, apostando na guerra civil palestina para se verem em condições extremamente mais confortáveis.

“Israel defende hipocritamente agora uma intervenção internacional em Gaza, pois tirou as lições da derrota no Líbano ano passado”, afirma Yossi Schwartz, militante israelense da Corrente Marxista Internacional. Além disso, para isolar Gaza e o Hamas, Israel agora anuncia que pode liberar os impostos retidos por Israel que pertencem aos palestinos e também negociar a devolução de prisioneiros. Só que negocia exclusivamente

com o Fatah! Esse é o sentido do encontro entre Abbas e o premiê Olmert de Israel a ser realizado no Egito.

Tanto Israel quanto os EUA apoiaram o golpe de Abbas que dissolveu o governo palestino. Como afirma o jornal alemão Der Spiegel de 19/6, “Washington deu dinheiro e armas para o Fatah”. O próprio coordenador da ONU na região Álvaro de Soto disse que “os americanos estimularam o conflito entre Fatah e Hamas”, pouco depois de renunciar a seu cargo.

A verdadeira bucha de canhão do conflito Hamas-Fatah é o povo palestino! Como afirma o documento recentemente divulgado pelo Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino: a divisão do palestino só serve aos opressores!

REVISTA “LUTA DE CLASSES”

Revolução e Contra-Revolução na América Latina

É com grande satisfação que a Esquerda Marxista do PT lança a segunda edição de sua revista “Luta de Classes”, cuja capa é Revolução e Contra-Revolução na América Latina.

Desde 1989, com a queda do muro de Berlim, muitos ideólogos burgueses vêm decretando o fim do socialismo. Buscando confundir o regime stalinista do Leste Europeu com o autêntico socialismo, eles vêm propagandeando pelos quatro cantos do mundo a vitória definitiva da “democracia liberal” capitalista.

Mas o fato é que os ventos que sopram da América Latina estão aí para desmentir os que fazem a apologia do capital.

Na Venezuela, inegavelmente, há uma Revolução que avança. Mesmo que, com o episódio recente da RCTV, a oposição que organiza a Contra-Revolução contra Chávez tenha conseguido ressurgir das cinzas, exalando mais uma vez suas pretensões golpistas, é incontestável que a situação é globalmente favorável à organização da classe trabalhadora.

A recente criação do PSUV (Partido Socialista Uni-



Capa da Revista Luta de Classes número 02

ficado da Venezuela), que já abarca 5,7 milhões de pré-filiados num país de 25 milhões, é uma demonstração clara de quanto a Revolução pode e deve avançar. Para tanto, como sugere o texto de Wanderci Bueno na revista, é preciso prosseguir na nacionalização dos setores-chave da economia e fortalecer as organizações independentes da classe, de forma a destruir o Estado burguês ainda dominante na Venezuela e estabelecer um verdadeiro Estado Operário controlado demo-

craticamente pelos trabalhadores.

Na Bolívia, o mesmo vento revolucionário sopra com intensidade, como nossos leitores poderão observar no texto de Rafael Prata.

No Brasil, mesmo sob condições diferentes da Bolívia e da Venezuela, o vento revolucionário está presente. Toda-

via, o Governo de Coalizão, em cuja base de apoio ca-

bem Collor do PTB, Renan Calheiros do PMDB e Maluf do PP, são a expressão do controle que a burguesia exerce sobre o governo Lula, com a cobertura da maioria da direção do PT.

Este mesmo Governo de Coalizão, comprometido com o capital, é totalmente incapaz de melhorar as condições de vida da maioria do povo. O PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), menina dos olhos do segundo mandato de Lula, longe de representar um verdadeiro desenvolvimento

do ponto de vista da classe trabalhadora, é mais um plano burguês que terá como consequência um aprofundamento dos problemas sociais e da dependência da economia brasileira perante o imperialismo, como nos mostra a análise feita por Daniel Feldmann nesta revista.

Tudo isso, sem contar o famigerado Estatuto da Igualdade Racial, em pauta no Congresso com o apoio de Lula, que traz o seriíssimo risco de divisão do povo brasileiro em “raças” com direitos diferentes, tudo isso feito em nome da “democracia”.

Na verdade, como mostram os companheiros do Movimento Negro Socialista, Roque Ferreira e José Carlos Miranda, em 2 artigos nessa revista, as chamadas políticas de “ação afirmativa” ou “discriminação positiva” são as propostas de instituições do imperialismo, como a Fundação Ford, que visam fazer com que a classe trabalhadora (e os negros com peso decisivo dentro da classe) se conforme com a impossibilidade do capitalismo em gerar educação, saúde e empregos dignos para todos.

Enfim, por tudo isso, a Esquerda Marxista do PT convida a todos a conhecerem suas posições, expressas nessa revista, e a se organizarem junto conosco nos próximos combates à vista!

Nessa revista, publicamos um excelente texto da seção paquistanesa da CMI que discute qual posição os marxistas devem adotar frente ao fundamentalismo islâmico, certamente um tema de extrema importância em virtude dos últimos acontecimentos, não apenas do Paquistão, como do Iraque, Líbano e Palestina.

E é com muito orgulho que publicamos esse texto! Apropriarmo-nos da experiência de companheiros tão distantes geograficamente, nos faz perceber o quão perto estamos, por outro lado, no que diz respeito aos objetivos de transformação socialista!

Nossa bandeira, a do marxismo, é a mesma! É ela que nos permite dizer mais uma vez, nesse ano em que se comemoram 90 anos da Revolução Russa, que os operários não têm pátria e que devem se unir contra seu inimigo comum: o capital!

RESENHA

Literatura e Revolução (Trotsky)

LUIZ BICALHO

Lançada recentemente pela Editora Zahar e encontrável ao preço de R\$ 32, o livro “Literatura e Revolução”, de Trotsky, é muito interessante. De um lado, uma curiosidade histórica: o livro foi escrito no fogo da guerra civil que se seguiu à Revolução de Outubro e mostra que o dirigente do Exército Vermelho se ocupava, como a maioria dos líderes da revolução, com assuntos que pareceriam, a princípio, irrelevantes. E ele o faz com o

olhar agudo de quem mira o futuro, a partir da luta da classe operária para manter o poder na URSS e para conquistá-lo em outros países.

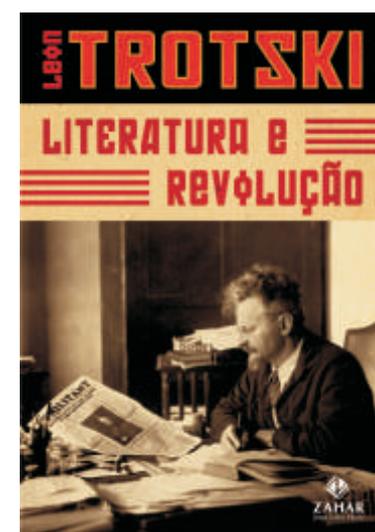
Para quem não conhece a literatura russa, o livro se torna mais interessante a partir do capítulo 6, quando Trotsky discute várias questões da literatura relacionadas à luta de classes. Para os que compraram o livro que editamos (“Relatos da Revolução de Outubro”), terão o prazer de encontrar as críticas e polêmicas de Trotsky com pelo menos 4 dos auto-

res dos contos que publicamos.

Por último, a apresentação (William Keach, escrita em dez/2004) não faz justiça ao livro e vida de Trotsky dedicada à revolução. Dizer que (pag. 8) “...o colapso da URSS..no fim dos anos 1980 tenha criado novas oportunidades para as análises históricas e políticas que não se restringem a mentalidade da Guerra Fria, uma avaliação progressista e liberal a respeito da revolução iria fatalmente surgir e, aos poucos se tornar consenso” é evidente o

desejo da burguesia mas não o resultado prático da vida – e a revolução venezuelana, a luta do proletariado no Brasil, a insurgência iraquiana estão aí para demonstrar o contrário.

O prefácio de Moniz Bandeira (escrito em 1968) traz análises interessantes sobre a burocratização da literatura e da arte na URSS nos anos 30 e 40, apesar de algumas ilusões sobre a liberdade na China e em Cuba que não se concretizaram. A cronologia e o glossário trazem alguns erros, mas é passável.



Capa do Livro

No conjunto, antes de qualquer coisa, vale a pena ler esta obra clássica do “Velho”.

Trabalhador não é bandido!

Lula e Marinho: retirem a intervenção judicial das fábricas ocupadas



EDITORIAL

A Esquerda Marxista do PT e a Intervenção na Cipla e Interfibra

1. Em 31 de maio de 2007 terminou a ocupação e o controle operário da CIPLA e INTERFIBRA com um brutal assalto à fábrica por uma intervenção policial militar de 150 homens armados, por ordem judicial a pedido do governo Lula. A ocupação durou 4 anos e sete meses. Foi uma das mais longas, senão a mais longa, ocupação de fábrica da história do movimento operário internacional. E sua continuidade, bem como as conquistas obtidas, colocava, na prática, a questão da atualidade do fim da propriedade privada dos grandes meios de produção e eu regime político.

2. Esta longa ocupação se desenvolveu sob a bandeira da exigência da estatização sob controle operário. Este é um componente importante para entender porque sobreviveu tanto tempo esta ocupação, assim como porque tantas forças poderosas se coligaram para derrotá-la. Este combate e sua duração só podem ser entendidos como consequência da profundidade da onda revolucionária que varre a América Latina, na qual a revolução na Venezuela ocupa um lugar de ponta. Assim como pela orientação política posta em prática pela

direção da ocupação (a Esquerda Marxista do PT), que dirigindo o Conselho de Fábrica lançou-se na batalha pela generalização do movimento e exerceu da forma mais profunda possível a democracia operária, prestando contas de todos os seus atos junto ao Conselho e nas assembleias operárias das fábricas, realizando e participando de inúmeros Encontros nacionais e internacionais. O Juiz que ordenou a invasão policial compreendeu bem a situação quando explicou em sua decisão: “imagina se a moda pega”.

3. Esta intervenção acontece após a viagem de Bush à América Latina buscando retomar a ofensiva política de esmagar a revolução no continente, em particular sua ponta mais avançada, a Venezuela. É neste contexto que Lula assume e joga o papel de principal agente de Bush tanto no combate às fábricas ocupadas como para isolar Chávez. Para o capital é inaceitável a combinação da revolução na Venezuela com as ocupações de fábricas sob a bandeira da estatização com controle operário.

4. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Plástica do Brasil explica porque o movimento das fábricas

ocupadas deve ser destruído: “O governo venezuelano apóia ocupações de indústrias de plásticos que foram assumidas por operários. Já são três (Cipla, Interfibra e Flaskô) as empresas que recebem apoio na forma de compra subsidiada de matéria-prima vinda da Venezuela... Em razão dessas atitudes, é imprescindível que os empresários e a sociedade civil de forma geral, organizem um manifesto de repúdio contundente a esse tipo de prática antes que isso se torne cotidiano e prejudique a democracia.

Precisamos resgatar a indignação diante da interferência em nossos interesses, com o risco de sermos coniventes e passivos em demasia com esse nível de intromissão”. (Merheg Cachum, presidente da ABIPLAST)

5. O reacionário Merheg Cachum termina dizendo: “É preciso tomar providências já. No 1º dia eles vêm e tomam uma rosa de nosso jardim. E não fazemos nada. No 2º dia eles entram e destroem nosso jardim. E não fazemos nada. No 3º dia eles tomam nossa casa e não fazemos nada porque já não podemos fazer nada”.

6. Antes deste artigo, o presidente da FIESP, Paulo Skaf declara ao jornal Estado

de São Paulo: “É inaceitável esta ingerência do governo ditatorial de Chávez nos assuntos internos brasileiros e no seu relacionamento de apoio a estas fábricas ocupadas, Cipla, Interfibra e Flaskô” (22/02/07, OESP).

7. Para a Esquerda Marxista estava claro em todas as suas resoluções que estas ocupações são parte de um movimento revolucionário e, portanto, da situação política, da relação de forças entre as classes. Ou seja, ou as ocupações se generalizavam e colocavam diretamente a questão da revolução e do poder político, ou mais cedo ou mais tarde elas seriam derrotadas e varridas pela burguesia através do aparelho de estado. Explicamos isto centenas e milhares de vezes em documentos, debates e discussões no movimento operário internacional.

8. As ocupações de fábricas, entretanto, não se generalizaram. As 14 ocupações de fábricas ocorridas neste período foram derrotadas ou terminaram em acordos parciais. Não se reuniram as forças suficientes no movimento operário para obrigar o governo a estatizar as fábricas para salvar os 1000 empregos. Jogou para isso um papel central a ação do aparelho Lula no movimento operário.

9. Nestas condições, durante estes cinco anos de luta, as forças do movimento operário na CIPLA e INTERFIBRA se cansaram, se esgotaram e finalmente foram derrotadas e paralisadas pelo choque da intervenção policial militar sob comando de todas as forças da reação, do estado burguês em seu conjunto, ou seja, com a ação determinante da ação do governo Lula.

10. Estas forças operárias serão recompostas, agora,

lentamente, sob o chicote da contra-revolução na luta de classes. Nestes cinco anos de luta os operários fizeram o que era possível e muitas vezes quase o impossível na sua luta contra o Estado burguês: enfrentaram-se contra as forças da repressão diversas vezes; descumpriram ordens judiciais; passaram noites de vigília e apreensão; aprovaram e participaram repetidamente no apoio a movimentos e greves, enviaram seus representantes a atos e manifestações, enviaram seus representantes para outras ocupações para tentar generalizar o movimento, realizaram Encontros nacionais e internacionais, realizaram quatro grandes caravanas a Brasília, marcharam com o MST, impuseram ser recebidos pelo Presidente da República diversas vezes, buscaram e concretizaram laços com a revolução Venezuelana na forma do acordo sobre matérias primas e das atividades políticas com o governo Chávez e com as fábricas ocupadas nos dois países.

11. A intervenção, e qualquer que seja o desfecho da luta de resistência contra a liquidação da CIPLA e INTERFIBRA, não poderá apagar da memória dos operários a experiência de controle operário e as conquistas que tiveram. O interventor, governando pelo terror da ocupação armada, já liquidou a jornada de 6 horas, reintroduziu o banco de horas, e anunciou a terceirização da ferramentaria, limpeza, vigilância, etc, mas não pode apagar isto da experiência daqueles que combateram e conquistaram tudo o que se conquistou nas fábricas ocupadas. A caça às bruxas e as demissões seletivas só gravam isto mais fundo na consciência operária.



EDITORIAL CONTINUAÇÃO

12.O esgotamento das energias revolucionárias dos operários foi o que levou à ausência de uma resistência ativa e a não deflagração imediata da greve nas duas fábricas, mas o fator determinante em tudo isso foi a ação política reacionária do governo Lula, governo subordinado à burguesia e ao imperialismo, pedindo a intervenção e cobrindo toda a repressão desencadeada com sua autoridade política espalhando promessas que sabe que não vai cumprir de fazer cooperativas e salvar os empregos.

13.A invasão foi decidida pelo Juiz a partir de um pedido do INSS, subordinado ao Ministro Marinho e executada pela Polícia Federal que obedece ao comando do Ministro Tarso Genro, da Justiça. Luis Marinho em reunião com a Comissão declara que se aceitassem constituir uma cooperativa e abandonassem a luta pela estatização tudo seria diferente. A responsabilidade do Governo Lula é total neste assalto policial/militar às fábricas ocupadas para destruir es-

te movimento revolucionário.

14.De 2004 a 2007 o governo Lula concedeu R\$29,2 bilhões de exoneração fiscal aos empresários (Boletim Em Questão, 11/06/07, distribuído pelo Palácio do Planalto). Enquanto isso, o governo Lula que nunca tomou medidas efetivas de cobrança da dívida feita pelos antigos proprietários, que ultrapassa R\$600 milhões, lançou-se furiosamente a cobrar dos trabalhadores uma dívida de R\$1 milhão de reais, de 1998, feita pelo patrão!. Esta dívida nunca foi responsabilidade dos operários que assumiram o controle em 2002 e recusaram, sempre, a propriedade da fábrica. Essa foi uma decisão essencialmente política.

15.A invasão da Cipla e Interfibra com a destruição do controle operário estabelecido foi um golpe forte no movimento operário. Mais de 40 pessoas foram demitidas, a maioria militantes da Esquerda Marxista, da Comissão de Fábrica, operários com mais de 30 anos de trabalho naquelas fábricas, exceto uns

poucos corruptos que se revelaram, aliando-se à polícia e ao interventor, ou seja, à reação.

16.Nosso combate e nossa orientação continua:

a.Na nova situação e de forma adequada, levando em consideração o acontecido na Cipla e Interfibra, o combate continua para tentar salvar a Flaskô da operação do governo Lula e do aparelho de Estado (justiça e polícia, etc.) e da burguesia. Para isso conta a intensificação da campanha pelo Fim Imediato da Intervenção na Cipla e Interfibra.

b.É neste sentido que interviremos no próximo período em todas as atividades do movimento operário nacional e internacional, de reuniões de direção à assembleias, congressos e manifestações de rua. Agora, responsabilizando diretamente o Presidente Lula e o Ministro Luis Marinho pela intervenção e propondo sempre a aprovação de moções ao governo Lula com a exigência: "Lula, Marinho, retirem imediatamente a intervenção!"

CHARGE

JUSTIÇA?



Vichy, 2007

c.É muito importante manter o amplo Comitê constituído para defender a Cipla e Interfibra com a CUT, MST, sindicatos, juventude, parlamentares, etc. A partir dele, e seu local no cento de Joinville, é que continuamos a luta e motivamos a campanha nacional e internacional pelo fim da intervenção e o movimento de ocupação de fábricas em defesa do emprego, dos salários, dos direitos, da reforma agrária e da continuidade do parque fabril.

d.Uma campanha financeira deve ser organizada no movimento operário para sustentar este Comitê e seu funcionamento, inclusive apoi-

ando-se nos sindicatos e organizações que já se contribuíram e se dispuseram a continuar expressando sua solidariedade e apoio.

e.É a partir deste Comitê que preparamos o II Encontro Latino Americano de Fábricas Recuperadas por Trabalhadores, em Caracas/2007 (Venezuela) na linha de "Fábrica Quebrada é Fábrica Ocupada e Fábrica Ocupada deve ser Estatizada".

Direção Nacional da Esquerda Marxista do PT

Joinville, 17 de junho de 2007

Veja declaração completa em: www.otrabalho.org.br

MOÇÕES DE APOIO

Congresso do MST e CUT aprovam moção de apoio ao movimento das fábricas ocupadas

“Nós participantes do 5º Congresso Nacional do MST, em mais de 17 mil delegados reunidos em Brasília, de 11 a 15 de junho, vimos repudiar a ação da Polícia Federal a mando do governo federal, que no dia 31 de maio de 2007, em ação violenta expulsou o Conselho de Administração das fábricas da CIPLA e INTERFIBRAS, que era composto por 43 membros que juntos recebiam R\$ 70.000,00 por mês, e autoritariamente nomeou um interventor com salário de R\$ 87.000,00 mensais.

As fábricas citadas foram ocupadas pelos trabalhadores



Auditério do V Congresso do MST

há cinco anos, quando os antigos proprietários estavam em vias de demitir os mil trabalhadores e se declararam em falência. No período da administração dos trabalhadores

houve a recuperação e o aumento da produção, além do pagamento dos salários e seus reflexos em atraso há mais de um ano. Outro fato importante foi a redução da jornada de

trabalho de 40 para 30 horas semanais, sem redução de salário e criando novos postos de trabalho.

Nesse sentido, repudiamos a ação da Polícia Federal, que trouxe de volta as práticas autoritárias e repressivas lembrando a ditadura militar. Exigimos a imediata devolução das fábricas ao controle dos trabalhadores, e que se dê todo apoio e crédito para que as fábricas continuem funcionando”.

Delegados do 5º Congresso Nacional do MST

Brasília, 11 de junho de 2007.

Moção da CUT

“A Executiva Nacional da CUT - Central Única dos Trabalhadores, declara apoio à estratégia de luta dos companheiros das Fábricas Ocupadas – Cipla – Interfibra – Flaskô e Flakepet - fábricas que estão sob o controle dos trabalhadores, mas que sofreram intervenção imposta pela Justiça Federal no último dia 20.

Informamos que a CUT fez gestões sobre o caso a ministros do governo Lula, para que não haja nenhum tipo de truculência e que se busque uma linha de negociação que garanta os direitos dos trabalhadores”.

São Paulo, 21 de junho de 2007.

ATO NACIONAL CONTRA INTERVENÇÃO NAS FÁBRICAS

Ato nacional contra a intervenção da Cipla reuniu apoiadores do Brasil e do mundo

Quem chegava na porta da fábrica Cipla, no ato nacional convocado para o dia 13 de Junho, espantava-se com o outdoor que outrora estampava a luta dos trabalhadores das fábricas sob controle operário: “Nós, trabalhadores da Cipla, APROVAMOS a intervenção judicial”. O susto rapidamente se transformava em indignação. Trata-se de uma farsa. A frase, estampada no outdoor de entrada da Cipla, foi “aprovada” sob clima de pressão e ameaça através de um abaixo-assinado passado na fábrica, uma semana após a invasão da polícia federal. Este é o clima que hoje impera dentro da fábrica. Os operários têm que suportar o terror de seguranças armados até nos banheiros da empresa e trabalham sob a vigia dos seguranças e supervisores. Convivem agora com a ameaça de perderem os empregos. Acusando o Conselho de Fábrica, eleito democraticamente em assembléia pelos trabalhadores da Cipla, de ter-

roristas e baderneiros, o interventor não só proibiu todo o conselho de fábrica de entrar na fábrica, como demitiu por justa causa o conselho e outros trabalhadores – valorosos ativistas da luta pela estatização das fábricas ocupadas.

Por tudo isso, o ato nacional que aconteceu dia 13 de Junho na porta da Cipla, durante a troca de turno, foi mais que uma importante manifestação de apoio. Foi a demonstração de que os trabalhadores da Cipla não estão sozinhos. Centenas de entidades do movimento operário do Brasil e da América Latina expressaram o repúdio à intervenção militar e judicial desencadeada pelo Governo Federal. Vários militantes e sindicalistas se perguntavam, nas falas, por que o INSS não cobra as dívidas das grandes empresas?

Além das representações nacionais, compostas pela Federação Nacional Independente dos Trabalhadores Sobre Trilhos (e seus sindicatos, como os de Bauru/SP, MT, MS, SE, BA,



Ato Nacional realizado em 13 de Junho por centenas de militantes na porta da Cipla.

Tubarão/SC e PR), a CUT/SC, Sintrasm, Sind Têxteis e Rodoviários de Blumenau, Sind Químico do Vale dos Sinos (RS), trabalhadores da Ellen Metal (Cairas/SP), MST, MTST, estudantes e funcionários da ocupação da reitoria da USP, entre outros, o ato teve a presença de uma delegação internacional: Eduardo Múrua trouxe a solidariedade do Movimento Nacional de Empresas Recuperada na Argentina e informou que o movimento piqueteiro da Argentina fez ato na Embaixada brasileira. Do Paraguai, César Gonzáles representou duas fábricas sob controle operário e transmitiu o apoio da CUT-

Autêntica. Na capital, Assunção, várias entidades vão se dirigir à Embaixada brasileira para protocolar documento pelo fim da intervenção. Da Venezuela, Francisco Rivero, trouxe uma forte mensagem solidária da Freteco (Frente de Empresas Tomadas e em Co-gestão) e avisou que o governo do presidente Hugo Chávez não irá manter o acordo comercial que existe entre a Pequiven (estatal do ramo químico) e a Cipla, se a empresa brasileira permanecer sob intervenção judicial. “Os trabalhadores da Cipla saberão reagir após o choque desse golpe e repressão fascista. A classe trabalhadora mundial

está indignada com a intervenção fascista feito pelo Governo Lula. A Cipla é um exemplo para a classe trabalhadora mundial e não pode ser fechada”. Vinte e duas Embaixadas brasileiras já receberam manifestações de repúdio à intervenção na Cipla. A campanha nacional e internacional, com envio de moções para o Governo Federal, para os Ministros da Previdência e Trabalho, exigindo o fim da intervenção judicial e pela reintegração da comissão de fábrica continua. Diversas entidades do país, como o MST, CUT e vários sindicatos integram o Comitê pelo fim da intervenção na Cipla.

FLASKÔ (SUMARÉ-SP)

Trabalhadores da Flaskô resistem à intervenção

Extrapolando seus poderes judiciais, o interventor da Cipla – Interfibra, Rinaldo Uessler e uma comitiva de comparsas tentaram assumir o controle da Flaskô, no lugar dos próprios trabalhadores. Eles entraram na empresa no dia 20/06 e anunciaram a demissão dos membros do Conselho de Fábrica Pedro Alem Santinho, Joaquim Amaro e Fernando Gomes Martins.

Em resposta, os trabalhadores pararam as máquinas durante toda a quarta-feira e convocaram um piquete para o dia seguinte, que contou com a presença de diversos apoiadores do movimento. Mais uma vez, a comitiva apareceu para entrar na

unidade, mas teve que se retirar sob forte pressão dos trabalhadores que, após uma assembléia, retomaram a produção.

Mas os perigos não acabaram. À meia-noite do dia 21/06, o interventor telefonou para Pedro, gritando: “se eu não conseguir a PF, eu consigo o Exército, a Marinha, eu acabo com vocês! Cuidado ao andar na rua!” Mais do que ameaçar, ele também tenta sabotar a fábrica. Através de procedimentos administrativos conjuntos que existiam entre a Flaskô e a Cipla, o interventor atrapalha nossas operações e já ligou para vários clientes e fornecedores para tentar suspender compras, entregas e vendas, além de espalhar calúnias e mentiras.

Também há a pressão da CPFIL, que não aceitou a proposta de acordo para o pagamento de contas de luz atrasadas e ameaça cortar o fornecimento. Por isso, os trabalhadores da Flaskô convocam uma reunião com todos os apoiadores para o dia 02/07.

Carta do Conselho de Fábrica da Flaskô aos trabalhadores de todo o mundo

1- Não aceitaremos nenhuma intervenção judicial com o objetivo de fechar a Flaskô ou transformá-la em uma cooperativa, demitindo os trabalhadores e acabando com os direitos.

2- Ocupamos a fábrica há mais de quatro anos e temos com



nosso suor conseguido manter a fábrica aberta. O BRDE/BADESC e BNDES após estudo propõem que o governo assumas as fábricas, mas o governo Lula se

cala diante de tudo. Mais do que isso, o Ministro Luis Marinho, ex-presidente da CUT, mantém a decisão do INSS de intervir na Cipla.

ENTREVISTA

Entrevista com Serge Goulart, coordenador dos Conselhos das Fábricas Ocupadas sobre a intervenção na CIPLA e INTERFIBRA

Eles fecham as fábricas. Nós abrimos.

Eles fazem a guerra. Nós queremos a paz.

Eles destroçam nações.

Nós construímos o futuro da humanidade.

Jornal Luta de Classes (JLC): Por que houve uma intervenção judicial na Cipla e Interfibra?

Serge Goulart: Se trata de uma intervenção política, claramente política, que se utiliza de instrumentos judiciais aberrantes para dar uma fachada legal a esta operação política pinochetista. O pedido de intervenção foi feito pelo INSS que está sob comando do ministro Luis Marinho e executado por 150 soldados armados até os dentes, com carros de combate, metralhadoras, gás, etc., pela Polícia Federal que está sob o comando do ministro Tarso Genro.

A desculpa esfarrapada é a cobrança de uma dívida de R\$250 milhões dos antigos proprietários sobre a qual os trabalhadores não tem nenhuma responsabilidade. E que todos sabem que é impagável.

O objetivo da intervenção decidida pelo governo Lula é liquidar o Movimento das Fábricas Ocupadas e nossa luta em defesa dos empregos com estatização sob controle dos trabalhadores. Assim como atacar um ponto de apoio da revolução venezuelana no Brasil.

JLC: Isto tem a ver com o Acordo assinado entre as fábricas e o governo da Venezuela?

SG: Evidentemente. O Acordo é expressão dos laços da revolução venezuelana com a classe trabalhadora do Brasil. Desde que se conformou o governo de Coalizão de Lula com os partidos da ditadura militar (PMDB e ARENA/PDS/PP), a burguesia brasileira se sentiu livre e apoiada para gritar contra nos-

so acordo e insultar o movimento e o governo Chávez. Desde janeiro, Paulo Skaf, presidente da FIESP, tem dado declarações furiosas contra as fábricas ocupadas e contra nosso acordo com a Venezuela. O presidente da ABIPLAST, este grande burguês reacionário, publicou um artigo bando contra as fábricas e contra Chávez. Dois dias antes da intervenção a Assembléia Legislativa de SC aprovou uma moção absurda declarando Chávez "Persona Non Grata" em SC. O deputado Carlito Mers, que é pau mandado da grande burguesia de Joinville, foi um dos articuladores da intervenção policial militar, e declarou isto na televisão.

JLC: Então, esta intervenção não é um caso isolado de uma dívida não paga e que seguiu seu caminho jurídico natural?

SG: De forma alguma. Trata-se da liberação das forças do estado burguês, da burguesia e da reação fascista contra o movimento dos trabalhadores. Atingindo especialmente nosso movimento que ameaça na prática a propriedade privada dos grandes meios de produção. Por isso eles ligam, corretamente, nossa luta com a defesa que fazemos da revolução na Venezuela.

O incentivo à reação burguesa e do aparato de Estado é produto da política de Lula, especialmente depois do giro de Bush na América Latina e da constituição do Governo de Coalizão.

JLC: Logo após a intervenção você foi a Brasília falar com Luis Marinho e outros ministros. Que disseram eles?

SG: Foi uma vergonha



Serge Goulart se dirige aos operários da Cipla durante troca de turno no ato de 13 de Junho

ouvir Luis Marinho dizer que os responsáveis pela intervenção éramos nós mesmos porque não havíamos aceitado a proposta do governo de abandonar a luta pela estatização e fazer uma cooperativa. E que o governo não tinha nada que ver com a intervenção que era um problema o juiz. Isto é absurdo e revoltante, pois a intervenção foi feita pelo juiz federal deferindo um pedido do INSS. Isto está escrito na decisão judicial. Como disse um dirigente do MST naquele dia "isto é o mesmo que dizer que os latifundiários que pedem reintegração de posse não tem nada que ver quando vem a polícia e ataca o movimento".

Mas, também tiveram o cinismo de declarar que levantariam a intervenção se apresentássemos um plano de recuperação da empresa para pagar toda a dívida deixada pelos ex-proprietários, que é hoje de cerca de 800 milhões. Eles sabem que isto é impossível.

O que eles querem é que abandonemos a luta pela estatização sob controle dos trabalhadores e a defesa da revolução venezuelana. Eles pretendem um "acordo de capitulação", mas estão muito enganados. Seu ataque não liquidou e não vai liquidar nosso movimento. Enquanto con-

tinuar o capitalismo, fábricas vão continuar fechando e os trabalhadores vão lutar para impedir a liquidação dos seus postos de trabalho. E nós mostramos como: ocupando as fábricas e colocando-as a produzir sob controle dos trabalhadores.

JLC: E as relações do movimento com o governo da Venezuela?

SG: Continuam sólidas e mais fortes ainda após estes ataques de Bush e seus amigos no Brasil. Recebemos toda a solidariedade na Venezuela. Nosso acordo de matérias primas continua, mas como sempre, somente para fábricas sobre controle dos trabalhadores. Cipla e Interfibra não receberão mais nada, enquanto estiverem nas mãos da intervenção. Isto já foi comunicado oficialmente ao Brasil pela diretoria da PEQUIVEN.

E nós continuamos defendendo a revolução venezuelana porque ela fortalece a todos os oprimidos e explorados nas Américas e no mundo. Nossa luta contra o imperialismo, contra o capitalismo, não conhece fronteiras. Por isso nos articulamos internacionalmente como classe trabalhadora.

JLC: Quais são as perspectivas depois da intervenção?

SG: Nossa luta continua agora em condições mais difíceis. Mas, os companheiros da Flaskô mostraram o caminho do movimento, expulsando o interventor e os traidores que vieram com ele. Estamos organizando a resistência e a greve para expulsar o interventor da Cipla e da Interfibra também. Além disso, tomamos várias medidas jurídicas para anular a intervenção e devolver as fábricas aos trabalhadores. E a luta continua, com o apoio da CUT, do MST, de centenas de sindicatos, parlamentares e militantes.

Além disso, levaremos a denúncia deste ato totalitário do governo Lula a todos os organismos internacionais e nacionais possíveis. Denúncia na OIT, em congressos de centrais sindicais e partidos, etc. E colocaremos a questão inclusive no III Congresso do PT.

Muito importante é o relançamento da campanha agora dirigida diretamente a Lula e a Marinho que são os responsáveis pela intervenção. Em Brasília, com qualquer ministro ou procurador, a música é a mesma. É uma orquestra afinada pra abater o movimento das fábricas e atingir um ponto de apoio da revolução venezuelana. Por isso a moções devem ser enviadas diretamente a eles. E vão continuar atos e delegações em embaixadas em inúmeros países. Em Caracas vai haver um Ato Público, na Universidade Bolivariana, no dia 12 de julho exigindo o fim da intervenção na Cipla e Interfibra.

E já reunimos o Comitê Organizador e começamos a preparar o II Encontro Latino Americano de Fábricas Recuperadas por Trabalhadores que será de 25 a 28 de outubro de 2007, em Caracas, Venezuela.